



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



Nome do Candidato			Nº Inscrição	Nº Prova
				3347935
Documento	Tipo	Local		

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este Caderno de Questões é composto por **50 (cinquenta)** questões objetivas e não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao Cargo para o qual você fez a inscrição.
3. Utilize Caneta Esferográfica Transparente com tinta **preta** na marcação da Folha de Respostas.
4. Ao receber a Folha de Respostas, realize a conferência de seus dados e quaisquer divergências comunique o fiscal.
5. Leia atentamente cada questão da prova objetiva e preencha na Folha de Respostas a única alternativa que a responda corretamente.
6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
8. Após devidamente identificado e acomodado na sala designada para a realização da prova, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta)** minutos após o início da prova e, em caso de ausência temporária em que o candidato ainda não tiver terminado a sua prova, deverá fazê-lo acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala **antes dos 60 (sessenta)** minutos após o início da prova, poderá fazê-lo, desde que acompanhado de um Fiscal.
9. O candidato poderá entregar sua Folha de respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova somente depois de decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém, não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
10. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente preenchida e assinada.
11. Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala, até os últimos 60 (sessenta) minutos que antecedem o encerramento da prova objetiva.
12. A liberação dos candidatos após o término da prova será autorizada pelo fiscal de sala, após a realização dos procedimentos administrativos necessários. O candidato que terminou sua prova deverá permanecer aguardando em sua carteira e somente poderá levantar-se para a entrega do material se solicitado pelo fiscal.
13. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
  - a) Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
  - b) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
  - c) Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
  - d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios, e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
  - e) For surpreendido portando ou manuseando quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, wearable tech, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPods®, pen drives, mp3 player ou similar, gravadores, relógios, alarmes de qualquer espécie, chaves com dispositivo eletrônico, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta, canetas de material não transparente, Carteira de bolso, lapiseira, corretivos, óculos escuros, artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares. Os itens descritos, que devem ser obrigatoriamente acondicionado em envelope porta-objeto fornecido pela instituição organizadora.
  - f) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas.
14. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento e assinatura do envelope de retorno.
15. Está disponível abaixo um gabarito para ser preenchido e destacado. Este poderá ser levado pelo candidato.

.....  
**DESTAQUE AQUI**  
.....

### GABARITO

**Concurso Público do Município de Novo Horizonte do Sul – Estado do Mato Grosso do Sul**

<http://www.fundacaofafipa.org.br>

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.
16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.
46.	47.	48.	49.	50.										





## Conhecimentos Gerais

### Questão 01

Embora saibamos que a língua é um sistema padronizado regido por um conjunto normativo chamado gramática, que ordena a linguagem verbal, é preciso ter em mente que toda e qualquer língua não se apresenta uniforme. Isso ocorre não só em diversos países que a utilizam, mas também o próprio território brasileiro. A título de exemplo, pode ser citado no Brasil, como no interior de São Paulo, regiões do Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, um falar típico, mas que não perde sua configuração. A esse sistema chamamos:

- (A) Vício de linguagem localizada.
- (B) Dialeto.
- (C) Poliglota na própria língua.
- (D) Expectativa de aprendizagem localizada.
- (E) Modalidade de uso.

### Questão 02

Pela sua importância científica e ambiental, são tombados como bens patrimoniais da União. São mais de 10 mil sítios tombados espalhados por todo o Brasil, principalmente nos Estados do Piauí, Minas Gerais e Santa Catarina. As primeiras descobertas, que datam de 1879, na Espanha, passaram a chamar esse ramo da arte de:

- (A) Museu de História Natural ao Ar Livre.
- (B) Arte Rupestre.
- (C) Hieroglifos.
- (D) Desenhos Paleolíticos.
- (E) Arte de Boquique Latino Americana.

### Questão 03

Analise o excerto e assinale a alternativa CORRETA: O nome Mato Grosso do Sul deriva do vizinho Mato Grosso, estado do qual foi desmembrado quando da sua criação.

- (A) Esse nome foi dado pelo presidente da época, Ernesto Geisel, em 1986, quando o estado foi criado.

- (B) Esse nome deriva desde as primeiras décadas do século XX, quando Mato Grosso, embora fosse um único estado, tinha duas capitais: Vila Bela, no norte e, Corumbá, no sul.
- (C) O estado recebeu esta denominação devido a expressividade de sua vegetação.
- (D) Esse fato é verdadeiro e ocorreu com a sua criação em 1977 e implantado em 1979 no Governo de Ernesto Geisel.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

### Questão 04

Sobre os aspectos geográficos do Mato Grosso do Sul, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os cerrados recobrem a maior parte do Mato Grosso do Sul. Na planície do Pantanal surge o chamado Complexo do Pantanal, revestimento vegetal que combina cerrados e campos e sua drenagem é feita pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e seus afluentes.
- (B) O complexo do Pantanal é uma região geográfica que envolve terrenos de grandes chapadas que formam o relevo do Estado.
- (C) Três grandes bacias hidrográficas drenam geograficamente o estado. A bacia do rio Cuiabá, que nasce no planalto da baixada do Pantanal, o rio Sucuriú, que corta o estado de leste a oeste e, principalmente, o rio Paraguai que, além de drenar o Pantanal, drena a região de Aquidauana.
- (D) Mato Grosso do Sul apresenta dois climas dominantes, o Tropical na porção sul do estado, com temperaturas inferiores a 18°C e o clima Temperado ao norte e leste. Nesta região, a característica marcante é a estiagem com secas no verão e chuvas no inverno.
- (E) O Mato Grosso do Sul tem duas características regionais marcantes: chapadas na porção oeste e o pantanal, que drena toda a região leste. Seu clima é quente o ano todo, embora sofra quedas de temperatura durante o curto inverno no sul do Estado.

### Questão 05

Um Desastre Natural ocorre quando um evento físico muito perigoso provoca, direta ou indiretamente, danos à propriedade ou faz vítimas ou até mesmo ambos. Um vendaval é um exemplo de desastre natural, pois é provocado por deslocamentos violentos de massas de ar de

**grande poder destruidor.**

**Assinale a alternativa que contempla um recente desastre natural ocorrido no Mato Grosso do Sul:**

- (A) Ventos violentos, associados a uma precipitação pluviométrica de 180 mm, foram registrados em Novo Horizonte do Sul e provocaram desastres ambientais em 2 de outubro de 2021.
- (B) Todas as alternativas estão corretas, pois registram desastres ambientais notificados pela mídia.
- (C) O superaquecimento global na região de Dourados-MS provocou, no mês de Setembro de 2021, vendavais que correspondem ao número 10 na escala Beaufort que correspondem a 88,0 a 102,0 km/h.
- (D) Vendaval de 45 km/h causou danos e mortes no Rio Paraguai a 10 km da cidade de Corumbá em 15 de Outubro de 2021.
- (E) Queda de uma aeronave em Sidrolândia-MS, derrubou árvores, causou danos as plantações, derrubou a fiação e provocou a interrupção de energia no dia 14 de outubro de 2021.

#### Questão 06

**O seu surgimento na sociedade como um todo tem provocado intensas discussões e muita polêmica. Essa denominação se dá ao procedimento de se reconhecer como verdadeira uma situação que apenas parece real. Estamos nos reportando a:**

- (A) Modelos Invertidos.
- (B) Bullyng.
- (C) Teoria da Aparência.
- (D) Ação e Reação.
- (E) Dimensão Ilusória.

#### Questão 07

**Com que lema a atual administração do município de Novo Horizonte do Sul norteia seus trabalhos para o período de 2021-2021. (Site de PMNHS/2021):**

- (A) Nenhuma das alternativas contempla o correto.
- (B) "Novo Horizonte do Sul:Terra de Todos os Povos."
- (C) "Administração se faz com participação".

(D) "Administrar é saúde para Todos".

(E) "Administrar um município é um Dom para Poucos".

#### Questão 08

**A primeira Estação Ecológica do Mato Grosso do Sul foi criada em 2017, com o objetivo de preservar a natureza, promover a realização de pesquisas científicas na área e promover a educação ambiental, tem 3065,69 hectares, e foi criada pelo decreto municipal 038/2017.Assinale a alternativa abaixo que apresenta o nome da Estação Ecológica (EE) supracitada:**

- (A) Estação Ecológica Municipal Veredas de Taquarussu.
- (B) Estação Ecológica Nova Floresta de Corumbá.
- (C) Área de Preservação Permanente Taquarussu - APP.
- (D) Área de Proteção Permanente Vale do Ivinhema - APP.
- (E) Estação Ecológica Campo Grande - Parque do Pantanal.

#### Questão 09

**A Câmara de Vereadores do Município de Novo Horizonte do Sul-MS, para a legislatura de 2021-2024, é composta de:**

- (A) Cinco(5) vereadores.
- (B) Nove (9) vereadores.
- (C) Um (1) prefeito, um (1) vice prefeito e sete (7) Vereadores.
- (D) Nove (9) Vereadores, 1 presidente da Câmara, 1 secretário, totalizando 11.
- (E) Sete (7) Vereadores e um Presidente da Câmara.

#### Questão 10

**O que é PIX?**

- (A) Pagamento Instantâneo criado pelo Banco Mundial a partir de conta corrente, conta poupança, cartões de crédito ou conta pré-paga.
- (B) Forma de pagamento criado pelo Banco Interamericano para agilizar a circulação da moeda no mundo.

- (C) Pagamento Instantâneo criado pelo Programa Internacional de pagamentos em conta corrente e conta pré-paga.
- (D) Pagamento Instantâneo criado pelo Banco Central do Brasil a partir de conta corrente, conta poupança ou conta pré-paga.
- (E) Programa de Pré Pagamento do Banco Central para substituir o DOC.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 11

**Acerca das diferenças entre o ato administrativo e o fato administrativo, defende a corrente dinamicista:**

- (A) O ato administrativo é uma manifestação voluntária de vontade da Administração Pública e não gera efeitos jurídicos, enquanto o fato administrativo é uma atividade pública material, logo, é uma consequência do ato administrativo.
- (B) O ato administrativo não é uma manifestação voluntária de vontade da Administração Pública gerando efeitos jurídicos, enquanto o fato administrativo é o acontecimento da natureza.
- (C) O ato administrativo é uma manifestação voluntária de vontade da Administração Pública gerando efeitos jurídicos, enquanto, o fato administrativo não possui efeitos jurídicos, portanto, não pode ser anulado.
- (D) O ato administrativo não é uma manifestação voluntária de vontade da Administração Pública gerando efeitos jurídicos, enquanto o fato administrativo é o acontecimento da natureza.
- (E) O ato administrativo é uma manifestação voluntária de vontade da Administração Pública e gera efeitos jurídicos, enquanto o fato administrativo é uma atividade pública material, no entanto, não é uma consequência do ato administrativo.

### Questão 12

**Assinale o atributo do ato administrativo que autoriza a Administração Pública à execução material deste por meio de coerção direta ou uso de força física:**

- (A) Autoexecutoriedade.
- (B) Tipicidade.
- (C) Imperatividade.
- (D) Presunção de legitimidade.
- (E) Exigibilidade.

### Questão 13

**São elementos dos atos administrativos: a competência, o objeto, o motivo, a forma e a finalidade. No que diz respeito à competência, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) É um elemento discricionário que inadmite delegação, excetuando a edição de atos vinculado normativo, a decisão de processo administrativo e as matérias de competência de órgão ou autoridade.
- (B) É um elemento vinculado que inadmite delegação, excetuando a edição de atos de caráter normativo, a decisão de processo administrativo e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (C) É um elemento vinculado que admite delegação, excetuando a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recurso administrativo e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) É um elemento discricionário que admite delegação, excetuando a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recurso administrativo e as matérias de competência de órgãos ou autoridades.
- (E) É um elemento vinculado que admite delegação, excetuando a edição de atos vinculados de caráter normativo, a decisão que analisa recurso administrativo e as matérias de competência de órgão ou autoridade.

### Questão 14

**Acerca dos princípios que regem o serviço público, assinale a assertiva CORRETA:**

- (A) No princípio da cortesia, o serviço público deve se adaptar à evolução social e tecnológica, enquanto que, pelo princípio da segurança, o serviço público não pode pôr em risco a vida, saúde e integridade das pessoas.
- (B) O princípio da universalidade exige que a prestação do serviço público beneficie o maior número possível de beneficiários, enquanto, pelo princípio da cortesia, o serviço público deve se

adaptar à evolução social e tecnológica.

- (C) O princípio da modicidade está atrelado ao valor cobrado do usuário, que deve ser proporcional ao custo do serviço prestado, enquanto, pelo princípio da segurança, o serviço não pode pôr em risco a vida, saúde e integridade das pessoas.
- (D) O princípio da continuidade impõe a prestação ininterrupta do serviço público, tendo em vista o dever do Estado de satisfazer e promover direitos fundamentais, enquanto, pelo princípio da mutabilidade, exige que a prestação do serviço público beneficie o maior número possível de beneficiários.
- (E) O princípio da uniformidade está atrelado ao valor cobrado do usuário, que deve ser proporcional ao custo do serviço prestado, enquanto, pelo princípio da modicidade, impõe que a prestação dos serviços públicos seja prestado ininterruptamente.

#### Questão 15

**Sobre o fornecimento de serviços públicos, entende o Superior Tribunal de Justiça:**

- (A) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente o usuário.
- (B) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que precedido de notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadores de serviços dispensáveis à população.
- (C) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débitos irrisório, por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo cabível a indenização ao consumidor por danos morais.
- (D) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- (E) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza impessoal da dívida.

#### Questão 16

**No que diz respeito ao encerramento do contrato de concessão, analise as hipóteses abaixo e**

**assinale a alternativa com a sequência correspondente CORRETA:**

**I. É a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.**

**II. decorre da inexecução total ou parcial do contrato de concessão pela concessionária. Em virtude do inadimplemento contratual do concessionário, não pressupõe indenização prévia, ressalvados os valores devidos por parte do poder concedente em virtude de bens reversíveis.**

**III. Decorre da ilegalidade na licitação ou no respectivo contrato de concessão.**

- (A) Anulação; Encampação e Caducidade.
- (B) Encampação; Rescisão e Caducidade.
- (C) Caducidade; Encampação e Rescisão.
- (D) Rescisão; Anulação e Encampação.
- (E) Encampação; Caducidade e Anulação.

#### Questão 17

**Sobre os contratos administrativos, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA:**

- (A) Os contratos administrativos sempre devem ter a forma escrita, sendo nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal com a Administração Pública.
- (B) Os contratos administrativos de prestação de serviços comuns são aqueles realizáveis por qualquer pessoa, sem necessidade de especialização.
- (C) Uma das cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos é a possibilidade da administração pública aplicar penalidades à Contratada pela inexecução parcial ou total do contrato, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- (D) Pelo Princípio da Continuidade do serviço público não pode ser interrompido com a extinção do Contrato de Concessão, por isso, é previsto a cláusula de ocupação provisória pelo poder concedente dos bens pertencentes ao concessionário que forem indispensáveis para garantir a não interrupção do serviço.

- (E) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

### Questão 18

**Sobre a responsabilidade dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- (B) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (C) A obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores, logo, não podem ser executados, nem mesmo até o limite do valor da herança recebida.
- (D) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (E) No caso do servidor ocasionar dano a terceiro, responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

### Questão 19

**Acerca das responsabilidades dos agentes públicos e das penalidades a estes aplicadas, assinale alternativa CORRETA:**

- (A) Cabe suspensão por de até 30 (trinta) dias do servidor que, arbitrariamente, recusa-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (B) A advertência será aplicada por escrito, caso o servidor promova manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.
- (C) O cancelamento da penalidade surtirá efeitos retroativos.
- (D) Mesmo que haja conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa.
- (E) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse

período, praticado nova infração disciplinar.

### Questão 20

**BBB e JJJ possuíam o sonho de se casar em uma praia na cidade de Ilhéus/BA. Para realização da cerimônia, procuraram o órgão competente para saber o procedimento de utilização da área pública.**

**Analisando o caso hipotético, e de acordo com a doutrina, a utilização de bem público deve ser instrumentalizada por meio da:**

- (A) Concessão de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia.
- (B) Permissão de uso, que é ato vinculado, oneroso, e depende de licitação prévia.
- (C) Autorização de uso, que é ato vinculado, oneroso, e independe de licitação.
- (D) Autorização de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia.
- (E) Permissão de uso, que é ato discricionário, precário e depende de licitação prévia.

### Questão 21

**Sobre os contratos de concessão no serviço público, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- (B) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, ao poder concedente é facultado autorizar a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.
- (C) A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente e a exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária são cláusulas essenciais relativas ao contrato de concessão.
- (D) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

- (E) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

### Questão 22

**De acordo com a legislação pátria que trata sobre o serviço público, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) As tarifas devem ser as mesmas a todos usuários em função do princípio da isonomia regido no Direito Administrativo.
- (B) Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de quinze dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando o direito de ampla defesa.
- (C) Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- (D) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária administrativamente, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.
- (E) Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, estando o vencedor da licitação isento de ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

### Questão 23

**Acerca dos direitos dos administrados contidos na legislação que regula o processo administrativo, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Na condição de interessado poderá proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (B) Expor os fatos conforme a verdade, sempre acompanhado por advogado.
- (C) Ter vista dos autos, podendo o advogado obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

- (D) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

- (E) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

### Questão 24

**A Lei nº 9.784/99 aponta como sendo os interessados legitimados no processo administrativo:**

- (A) As pessoas ou as associações legalmente constituídas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais.
- (B) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- (C) As associações representativas devidamente registradas, no tocante a direitos e interesses individuais e coletivos.
- (D) As pessoas físicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação, excetuando as jurídicas.
- (E) As organizações representativas devidamente registradas, no tocante a direitos e interesses individuais e coletivos.

### Questão 25

**A respeito da competência no processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) Será sempre admitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (B) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- (C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- (D) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
- (E) Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.



### Questão 26

**Julgue as assertivas a seguir em V de verdadeiro e F de falso e, depois, assinale a alternativa com a sequência CORRETA:**

( ) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

( ) O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

( ) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do término do pagamento.

( ) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

( ) Em decisão na qual se evidencie acarretar lesão ao interesse público ou, prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

- (A) F-F-V-V-F.
- (B) F-V-F-V-V.
- (C) F-V-V-V-F.
- (D) V-F-F-V-F.
- (E) V-V-V-F-V.

### Questão 27

**O conceito "é o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados" corresponde a qual espécie de ato administrativo?**

- (A) Licença.
- (B) Homologação.
- (C) Alvará.
- (D) Decreto.
- (E) Circular.

### Questão 28

**Acerca da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização da licitação será de quarenta e cinco dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- (B) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização da licitação será de trinta dias para concorrência quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica.
- (C) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização da licitação será de trinta dias para a tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"
- (D) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização da licitação será de cinco dias úteis para convite.
- (E) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização da licitação será de quarenta e cinco dias para concurso.

### Questão 29

**Acerca da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 10% (dez por cento) do limite oitenta mil reais, feitas em regime de adiantamento.
- (B) É indispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite de cento e cinquenta mil reais, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- (C) É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade

diversa daquela do executor da obra ou serviço.

- (D) Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.
- (E) Na compra de bens de natureza indivisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

### Questão 30

**Nos termos da Lei nº 10.520/02 (Pregão), a fase externa será iniciada com a convocação dos interessados, observando algumas regras. Sobre isso, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- (B) No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- (C) Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital.
- (D) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de preço e técnica, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- (E) É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

### Questão 31

**Sobre a classificação das constituições, correlacione as assertivas e assinale a alternativa CORRETA com a sequência:**

**I. É o conjunto de normas constitucionais escritas ou costumeiras, inseridas ou não num documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais, não se admitindo como constitucional qualquer outra matéria que não tenha conteúdo essencialmente constitucional.**

**II. É o conjunto de normas escritas, hierarquicamente superior ao conjunto de leis comum, independentemente de qual seja o conteúdo.**

**III. Visa assegurar as liberdades individuais e coletivas, limitando o poder do estado.**

**IV. É a que estabelece um plano de direção objetivando uma evolução política, traçando diretrizes para a utilização do poder e progresso social, econômico e política a serem seguidas pelos órgãos estatais.**

- (A) I.Formal - II.Material - III.Dirigente - IV.Garantia.  
(B) I.Formal - II.Dirigente - III.Garantia - IV.Material.  
(C) I.Material - II.Formal - III.Garantia - IV.Dirigente.  
(D) I.Dirigente - II.Material - III.Garantia - IV.Formal.  
(E) I.Material - II.Dirigente - III.Garantia - IV.Formal.

### Questão 32

**O poder constituinte se revela sempre como uma questão de poder ou de autoridade política que está em condições de, numa determinada situação concreta, criar, garantir ou eliminar uma Constituição entendida como lei fundamental da comunidade. Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O poder constituinte derivado reformador instaura uma nova ordem constitucional.  
(B) O poder constituinte originário promove alterações em normas de uma constituição já existente.  
(C) O poder constituinte originário é autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado e permanente.  
(D) O poder constituinte derivado reformador é incondicionado e ilimitado.

- (E) O poder constituinte derivado reformador pode suprimir cláusulas pétreas.

### Questão 33

**Sobre o estudo do poder constituinte e, de acordo com a legislação pátria e o Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva CORRETA:**

- (A) Segundo a jurisprudência do STF, o sistema constitucional brasileiro não admite a existência de cláusulas pétreas implícitas, a exemplo da forma republicana de governo.
- (B) O STF considera que os limites materiais ao poder constituinte de reforma não significam a intangibilidade literal da disciplina dada ao tema pela Constituição originária, mas sim a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos protegidos pelas cláusulas pétreas.
- (C) A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente o poder de reforma, que materializa o poder constituinte derivado.
- (D) Segundo o STF, os direitos e garantias individuais considerados cláusulas pétreas pela Constituição Federal se restringem àqueles expressos no art. 5º, não admitindo interpretação extensiva para definição de direitos análogos.
- (E) O poder constituinte de reforma pode criar novas cláusulas pétreas, podendo ampliar as hipóteses do art. 60, § 4º da Constituição Federal.

### Questão 34

**Quanto à classificação das normas constitucionais, é CORRETO afirmar:**

- (A) A Constituição brasileira de 1988 é considerada rígida.
- (B) Na Constituição de 1988, todas as normas ali contidas são materialmente constitucionais.
- (C) As normas de princípio programático estabelecem metas e objetivos, informando como esses objetivos serão alcançados.
- (D) Constituição outorgada significa que houve a participação do povo em seu processo de elaboração.
- (E) A Constituição de 1988 tem indubidosa propensão estatutária.

### Questão 35

**Sobre os limites expressos do poder reformador, as limitações procedimentais se referem aos órgãos competentes e aos procedimentos a serem observados na alteração do texto constitucional, enquanto, as limitações circunstanciais são aquelas consubstanciadas em normas aplicadas à situações excepcionais. Diante disso, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- (E) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

### Questão 36

**Sobre os limites implícitos do poder reformador que decorrem da própria estrutura da Constituição, assinale a alternativa que NÃO corresponde à tal limitação:**

- (A) Quanto aos direitos e garantias fundamentais.
- (B) Quanto à titularidade do poder reformador.
- (C) Quanto à titularidade do poder constituinte originário.
- (D) Quanto aos direitos e garantias difusos e coletivos.
- (E) Quanto ao processo legislativo especial de reforma.

### Questão 37

**Acerca das normas constitucionais de eficácia limitada, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Não servem como parâmetro de inconstitucionalidade.

- (B) Uma vez que todas as normas constitucionais são parâmetros de constitucionalidade, e fundamento de invalidade, para as demais formas do ordenamento jurídico, todas orientam de maneira ilimitada a produção do legislador infraconstitucional.
- (C) São normas que possuem aplicabilidade indireta, mediata e não integral, dependendo da norma infraconstitucional reguladora para que possa produzir seus efeitos.
- (D) Por meio de lei complementar, é possível a edição de normas infraconstitucionais a ela contrária.
- (E) São indiferentes à configuração de eventual inconstitucionalidade por omissão.

### Questão 38

**No que diz respeito à Constituição Federal de 1988, esta é classificada quanto à origem; à alterabilidade; ao modo de elaboração; ao critério ontológico de Karl Loewenstein e à dogmática, respectivamente, como:**

- (A) Promulgada; semirígida; histórica; nominalista e eclética.
- (B) Outorgada; semirígida; nominalista e ortodoxa.
- (C) Promulgada rígida; dogmática; normativa e eclética.
- (D) Cesarista; imutável; histórica; semântica e eclética.
- (E) Outorgada; rígida, histórica; nominalista e eclética.

### Questão 39

**Considerando os limites da reforma da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) A Constituição Federal não pôde sofrer emenda constitucional por cinco anos, contados de sua promulgação, em razão da limitação temporal.
- (B) Não é possível a alteração da Constituição Federal para readequar a separação de poderes.
- (C) Não é possível a alteração da Constituição Federal para readequar a forma federativa do Estado brasileiro.
- (D) Há previsão expressa no texto constitucional no sentido de que não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais.

- (E) No que diz respeito ao procedimento de forma, inexistente limitação formal, existindo limitação material.

### Questão 40

**Acerca das classificações das constituições, em especial quanto a estabilidade, relacione as assertivas e assinale a alternativa com a sequência CORRETA:**

**I. É aquela que necessita de procedimentos especiais, mais específicos para sua modificação. Esses procedimentos são definidos na própria Constituição.**

**II. É aquela que não requer procedimentos especiais para sua modificação.**

**III. Parte da Constituição solicita procedimentos especiais para sua modificação e outra não requer procedimentos especiais.**

**IV. É a Constituição que só pode ser modificada pelo mesmo poder que a criou.**

**V. Não prevê nenhum tipo de processo de modificação em seu texto.**

- (A) I. Rígida - II. Flexível - III. Semirígida - IV. Granítica - V. Silenciosa.
- (B) I. Rígida - II. Flexível - III. Semirígida - IV. Silenciosa - V. Granítica.
- (C) I. Rígida - II. Semirígida - III. Flexível - IV. Granítica - V. Silenciosa.
- (D) I. Granítica - II. Flexível - III. Semirígida - IV. Silenciosa - V. Rígida.
- (E) I. Semirígida - II. Silenciosa - III. Flexível - IV. Granítica - V. Rígida.

### Questão 41

**Acerca das características e definições dos atos oficiais, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da ata:**

- (A) Possui valor jurídico, que consiste em registro narrativo fidedigno e decisões do que passou em uma assembleia, sessão ou reunião.
- (B) Não pode ter modificações posteriores à sua aprovação.
- (C) Possui validade permanente, não sendo obrigatória sua publicação.

- (D) Deve conter a assinatura de todos os participantes da reunião.
- (E) Deve ser lavrada em livro próprio, necessitando ser autenticado, com páginas numeradas e rubricadas pela autoridade que redigiu os termos de abertura e de encerramento.

#### Questão 42

No que se refere às características e definições dos atos oficiais, relacione as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

**I. Documento firmado por servidor em razão do cargo que ocupa, ou função que exerce, declarando um fato existente, mas que não consta em livros, papéis ou documentos em poder da Administração.**

**II. Correspondência pública ou particular de caráter menos formal, utilizada para se fazer convites, solicitações, agradecimentos, informações.**

**III. Documento fornecido pela administração ao interessado, afirmando a existência de ato ou assentamentos constantes de processo, livro ou documentos que se encontrem nas repartições públicas.**

**IV. Correspondência de caráter interno da Instituição, expedida simultaneamente a diversos destinatários, com o objetivo de transmitir rotinas, orientações, procedimentos, esclarecer o conteúdo de leis, normas e regulamentos ou dar publicidade a uma informação.**

- (A) I. Certidão - II. Atestado - III. Circular - IV. Carta.
- (B) I. Certidão - II. Circular - III. Carta - IV. Atestado.
- (C) I. Atestado - II. Carta - III. Certidão - IV. Circular.
- (D) I. Atestado - II. Carta - III. Circular - IV. Certidão.
- (E) I. Circular - II. Certidão - III. Carta - IV. Atestado.

#### Questão 43

São características da Redação Oficial, dentre outras:

- (A) Objetividade - Legalidade - Concisão.
- (B) Clareza e Precisão - Concisão - Uso de Norma Padrão.
- (C) Objetividade - Impessoalidade - Eficiência.

- (D) Eficiência - Clareza e Precisão - Publicidade.
- (E) Formalidade e Padronização - Objetividade - Eficiência.

#### Questão 44

**A respeito dos pronomes de tratamento utilizados nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal, e sobre a forma de endereçamento de comunicações escritas a eles dirigidas, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O endereçamento das comunicações dirigidas a agentes públicos federais sempre poderá conter pronome de tratamento ou o nome do agente público.
- (B) Na comunicação com agentes públicos federais no uso das formas de tratamento, é possível a utilização de "ilustríssimo" ou "digníssimo".
- (C) A forma de tratamento empregada na comunicação, oral ou escrita, com agentes públicos da administração pública federal direta e indireta, aplica-se às comunicações entre agentes públicos federais e autoridades estrangeiras ou de organismos internacionais.
- (D) A forma de tratamento empregada na comunicação, oral ou escrita, com agentes públicos da administração pública federal direta e indireta, e a forma de endereçamento de comunicações escritas a eles dirigidas não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança.
- (E) O único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é "senhor", independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião.

#### Questão 45

**Quanto à estrutura do padrão de ofício, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) No cabeçalho, um dos elementos que deve constar são os nomes dos órgãos secundários, quando necessários, da maior para a menor hierarquia, separados por barra, enquanto no endereçamento deve constar o endereço postal de quem receberá o expediente, dividido em duas linhas. A primeira deve conter informação de localidade/logradouro do destinatário ou, no caso de ofício ao mesmo órgão, informação do setor, já na segunda, deve-se indicar o CEP e cidade/unidade da federação, separados por

espaço simples.

- (B) No assunto, o título com a palavra Assunto deve anteceder a frase que define o conteúdo do documento, seguida de dois-pontos, devendo a margem estar centralizada na página.
- (C) No assunto, coloca-se ponto e vírgula depois do assunto.
- (D) No assunto, todo o texto referente ao assunto deve ser destacado em negrito, exceto o título, que deve estar em negrito e sublinhado.
- (E) O local e data do documento o texto da data deve ser alinhado de maneira centralizada a página.

#### Questão 46

**O ato normativo pelo qual a autoridade expede instruções sobre a organização e funcionamento de serviço, bem como pratica outros atos de sua competência é chamado de:**

- (A) Ata.
- (B) Ordem de serviço.
- (C) Decreto.
- (D) Apostila.
- (E) Portaria.

#### Questão 47

**Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às oito horas, na sala de reuniões da Empresa JLM, em reunião realizada com todos os diretores dos departamentos da referida empresa, com a finalidade de propor novas medidas de racionalização do uso de energia elétrica.**

**O trecho anteriormente descrito, refere-se ao início de:**

- (A) Circular.
- (B) Comunicado.
- (C) Portaria.
- (D) Certidão.
- (E) Ata.

#### Questão 48

**Acerca dos pronomes de tratamento, na redação oficial, é necessária atenção para seu uso em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto. Sobre isso, analisando à autoridade a ser dirigido o pronome de tratamento, assinale a alternativa CORRETA,**

**respectivamente, levando em consideração a possibilidade de abreviatura.**

- (A) Presidente do Congresso Nacional: A Sua Excelência o Senhor - Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, - Vossa Excelência (se abrevia).
- (B) Ministro do Tribunal de Contas da União: A Sua Excelência o Senhor - Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, - Vossa Senhoria (não se abrevia).
- (C) Ministro dos Tribunais Superiores: A Sua Excelência o Senhor - Ilustríssimo Senhor Ministro, - Vossa Senhoria (não se abrevia).
- (D) Senador da República: Ao Senhor - Ilustríssimo Senhor Senador, - Vossa Senhoria (se abrevia)
- (E) Ministro de Estado: A Sua Excelência o Senhor - Senhor Ministro, - Vossa Excelência (se abrevia).

#### Questão 49

**No que diz respeito à identificação do signatário, em todas as comunicações oficiais deve ser informado o signatário, EXCETO as assinadas pelo:**

- (A) Presidente do Congresso Nacional.
- (B) Ministro dos Tribunais Superiores.
- (C) Presidente do Tribunal Superior.
- (D) Ministro dos Tribunais de Contas.
- (E) Presidente da República.

#### Questão 50

**Os documentos do padrão ofício devem obedecer à seguinte formatação, dentre outras:**

- (A) Tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm); margem lateral direita: no mínimo, 3 cm de largura; margem lateral esquerda: 1,5 cm; margens superior e inferior: 2 cm; área de cabeçalho: na primeira página, 3 cm a partir da borda superior do papel.
- (B) Tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm); margem lateral esquerda: no mínimo, 2 cm de largura; margem lateral esquerda: 3 cm; margens superior e inferior: 2 cm; área de cabeçalho: na primeira página, 5 cm a partir da borda superior do papel.

- (C) Tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm); margem lateral direita: no mínimo, 2 cm de largura; margem lateral esquerda: 1,5 cm; margens superior e inferior: 2 cm; área de cabeçalho: na primeira página, 5 cm a partir da borda superior do papel.
- (D) Tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm); margem lateral esquerda: no mínimo, 3 cm de largura; margem lateral direita: 2 cm; margens superior e inferior: 3 cm; área de cabeçalho: na primeira página, 3 cm a partir da borda superior do papel.
- (E) Tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm); margem lateral esquerda: no mínimo, 3 cm de largura; margem lateral direita: 1,5 cm; margens superior e inferior: 2 cm; área de cabeçalho: na primeira página, 5 cm a partir da borda superior do papel.